

“Segurança para o Trabalho e as Realizações de Interesse Geral”: A busca do apoio político para o Estado Novo no Rio Grande do Sul

Gláucia Vieira Ramos Konrad*

Estamos podendo alargar a história do período do Estado Novo Rio Grande do Sul, entre 1937 e 1945. Desde a sua implantação, o novo governo ressentiu-se de uma base de apoio político e ideológico suficiente que desse respaldo necessário à sua existência. A construção da auto-imagem foi buscada, mas para isso foi preciso o apoio da intelectualidade e dos trabalhadores, através da construção de uma identificação com a ditadura.

Talvez a historiografia e as ciências sociais tivessem a ganhar, deixando de lado termos como autonomia e heteronomia lidos como opostos inconciliáveis. Conclusões opostas como a existência absoluta de autonomia dos trabalhadores e do sindicalismo (como exemplos pinçados na Primeira República) ou total heteronomia (no caso do Estado Novo) não nos tem ajudado muito para compreender a diversidade e a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira, independente do período de análise.

As novas fontes abertas ao público, sobretudo pela abertura ao público das fontes policiais, ou a releitura de velhas fontes, bem têm demonstrado esta insuficiência, mesmo que o discurso do Estado da época não reconhecesse o direito dos indivíduos, muito menos a luta de classes.

Não se trata aqui, de ignorar a repressão violenta ou subestimar o controle do Estado sobre os trabalhadores. Mas considerar totalmente perdida a autonomia dos trabalhadores e seus sindicatos (mesmo os oficiais) não corresponde com as novas fontes que temos encontrado sobre aquele momento da formação social brasileira. A resistência e a autonomia, que, por sua vez, também não podem ser absolutizadas, fazem parte da trajetória de lutas por direitos. O discurso governista do fim da luta de classes não encontrava correspondência na disposição de confronto de muitas lideranças clandestinas, bem como de reivindicações de trabalhadores comuns. Por isso, o Estado Novo precisava e necessitava consolidar o seu poder.

A busca pelo apoio político

Após o Golpe de 10 de novembro de 1937, o Estado Novo passou por um período de estruturação política e de convencimento social. Não bastava impor um novo regime à sociedade: era preciso convencê-la dos

benefícios que o Estado forte e autoritário poderia fornecer a ela. Essa tarefa não se deu de maneira tranqüila, havendo necessidade da elaboração de uma intensa campanha para mascarar e impedir, até onde fosse possível, a oposição à ditadura. No Rio Grande do Sul não foi diferente do resto do Brasil.

Para isso, foi preciso também manter presente o fantasma do comunismo. Em editorial intitulado “Mobilização Necessária”, publicado no *Jornal do Estado*, vê-se estampada a preocupação com o mesmo: “assumindo uma atitude definitiva contra a ideologia falsa do marxismo, coordenando todas as forças honestas e dignas da Nação para a defesa do Brasil, o governo federal veio ao encontro das aspirações máximas da coletividade”¹.

Esta situação era considerada preocupante, visto que no Exército praças do 7º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre haviam sido expulsos por serem “extremistas”². Além do mais, a oposição a Vargas, vinda também dos partidários de Flores da Cunha, ex-governador do estado, estava criando problemas nas cidades do interior, obrigando a que o governo estadual substituisse vários prefeitos. As exonerações ocorriam quase que diariamente: tanto exonerações a pedido quanto aquelas exigidas. As duas formas mostravam que a situação não estava fácil de ser controlada.

Exemplo disso foi o afastamento do prefeito de Farroupilha, Armando Antonelo, em vista das agitações produzidas por sua atuação política na cidade, considerada como “em detrimento do interesse público”³. O prefeito de Uruguaiana, Flodoardo Martins da Silva, solicitou demissão do cargo, em razão de não concordar com a pouca “autonomia dos municípios gaúchos” e da diminuição da “autoridade dos prefeitos”⁴. É claro que muitos prefeitos continuaram em seus cargos, uma vez que foram apoiadores de Vargas desde antes do início da ditadura de 1937. Porém, isso não foi a regra, em vista do número de exonerações registradas na imprensa oficial do período inicial do novo governo.

¹ *Jornal do Estado*, 25 de novembro de 1937. p. 3. Os exemplares se encontram na Biblioteca Solar dos Câmara da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

² *Jornal do Estado*, 19 de novembro de 1937. p. 2.

³ *Jornal do Estado*, 26 de novembro de 1937. p. 3.

⁴ Arquivo Nacional - RJ/Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (ANRJ/FGCPR), Rio Grande do Sul, Lata 185. Telegrama de Uruguaiana, 7 de março de 1938.

*Doutora em História Social do Trabalho pela UNICAMP, Historiadora e Arquivista, Professora Adjunta do Departamento de Documentação da UFSM.

A centralização administrativa pouco a pouco colaborava para o fechamento das vias de reação. Exemplo foi o decreto extinguindo os partidos políticos. No Rio Grande do Sul, em decorrência da medida, criou-se um impasse envolvendo secretários do governo rio-grandense, os quais solicitavam as suas exonerações ao interventor federal, como demonstra o seguinte telegrama de Maurício Cardoso, Walter Jobim e Oscar Fontoura:

“Porto Alegre, 4 de dezembro de 1937. Exmo Sr. Gal. Manoel de Cerqueira Daltro Filho. d.d. Interventor Federal. Tendo sido publicado, com data de ontem, um decreto do Governo da República, dissolvendo todas as agremiações políticas existentes no país, vimos depôr nas mãos de V. Ex. os cargos que ocupamos no Secretariado Rio-grandense, por indicação dos partidos a que pertencíamos e que haviam deliberado colaborar com V. Ex. no Governo do Estado. Representantes que éramos do Partido Republicano Rio-Grandense e Libertador, nossa presença no Secretariado não mais se justifica, uma vez que esses Partidos são declarados extintos (...) (Assinados) J. Maurício Cardoso, Walter Jobim, Oscar C. Fontoura⁵.”

As exonerações não foram aceitas e os secretários continuaram em seus cargos. Para o governo do Rio Grande do Sul, essas considerações não deveriam interferir nos interesses do estado, que precisava da colaboração desses membros dos partidos extintos. Não era momento de se criar querelas em torno de questões partidárias e ideológicas, já que o Estado Novo veio para se sobrepor a elas, como o único capaz de entender e resolver os problemas da sociedade, “acima dos partidos”, das “ideologias” e dos “interesses de classes”.

Os partidos de âmbito regional e nacional acabaram mesmo sendo extintos. A Ação Integralista Brasileira (AIB) passou a chamar-se Associação Brasileira Cultural. No Rio Grande do Sul, principalmente em Porto Alegre, houve repressão aos integralistas. Quanto aos comunistas, além da perseguição física (prisões, julgamentos pelo Tribunal de Segurança Nacional, etc.), continuou uma acirrada propaganda anticomunista.

Mostrar um governo fiel aos propósitos do Estado Novo não se constituía em tarefa fácil. A preocupação principal era a de que, no momento de se fazer a distribuição dos cargos, eles não caíssem nas mãos dos grupos que pudessem ter um controle maior em relação aos interesses do governo federal e, a partir daí, formar-se alguma oposição ao Estado Novo. Essa inquietação ficou transparente numa correspondência de Viriato Vargas, irmão de Getúlio, naquele momento Presidente do Tribunal de Contas, a qual tratava da reorganização desse órgão nos municípios:

“Os dissidentes são muito partidários. É colocar dois juntos e já se congregam para ação partidista. Ora, já pus no Tribunal o Moysés Vellinho e não convém lá outro dissidente, pois sendo quatro os ministros, eles ficariam com a metade dos votos. Na primeira vaga quero pôr lá um frente-unista, com todas as qualidades intelectuais, morais e completamente integrado na nova ordem de coisas. Um getulista enfim”⁶.

Outro fato veio trazer problemas nos meses iniciais da ditadura estado-novista no Rio Grande do Sul. Em abril de 1938 ocorreu um incidente político que novamente preocupou Viriato Vargas. Tratava-se do pedido de demissão do prefeito de São Leopoldo, Theodomiro Fonseca, em decorrência de um desentendimento com Cordeiro Farias, recém empossado no cargo de interventor. A renúncia do prefeito deu espaço às forças oposicionistas ligadas a Flores da Cunha de articularem-se e buscar um nome comprometido com elas. Em carta a Getúlio Vargas, Viriato esclarecia a situação: “Há pouco deu-se uma desinteligência entre Cordeiro de Farias e Theodomiro Fonseca, prefeito de São Leopoldo. (...) Era uma necessidade que ele continuasse, é a única forma organizada que tem o novo regime aqui, afora São Borja. E o Cordeiro via bem isto. Aliás, o Cordeiro não teve culpa alguma”⁷.

Como era politicamente importante manter o prefeito, ele acabou ficando no cargo. Esse episódio mostra que o Estado Novo não possuía no Rio Grande do Sul lideranças políticas suficientes para colocar à frente das administrações municipais e até do estado, necessitando angariar apoios de integrantes de partidos opositores a Vargas antes de 1937. Não havia getulistas suficientes para administrar a grande máquina pública criada ao longo do tempo pela experiência dos republicanos rio-grandenses. Assim, era preciso confiar em getulistas “de última hora” e conter as oposições mais recalcitrantes.

Por outro lado, uma das preocupações era com a imagem da ditadura frente à sociedade. As questões internas eram resolvidas com os conchavos, com benevolência, enfim, os problemas deviam sempre ser solucionados através de reajustamentos. Mas e a população? Como fazê-la aceitar e acreditar que o Estado Novo veio para reparar o mal que os governos liberais até então existentes fizeram e ao mesmo tempo combater os ideais comunistas, tão propícios a resgatar um movimento pela construção de uma “grande nação”?

Mesmo que o decreto de extinção dos partidos políticos já tivesse sido assinado, a idéia da criação de um partido único não fora descartada por Vargas e seus aliados. Antes do golpe, em 29 de maio de 1937, no Rio de Janeiro, era distribuído pelo autodenominado Partido Nacional Getulista, um “Manifesto ao Povo”. O

⁵ *Jornal do Estado*, 4 de dezembro de 1937. p. 1.

⁶ Fundação Getúlio Vargas/CPDOC (FGV/CPDOC), Arquivo Getúlio Vargas, GV.38.03.31.

⁷ FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV.38.04.20/2.

documento, dirigido ao povo brasileiro, conclamava o reconhecimento dos “inestimáveis benefícios” prestados pelo governo Vargas. O manifesto pedia a reforma do estatuto constitucional para a reeleição de Getúlio ou a prorrogação do seu mandato⁸.

Em dezembro de 1937, o *Correio do Povo* especulava que “discretamente, nos altos comandos partidários” do Rio Grande do Sul, estava sendo realizado “um delicado trabalho de sondagem junto aos próceres de maior autoridade”. Para o periódico, a intenção era saber como estes encaravam a possibilidade de se fundar no estado, “um partido único, destinado a prestigiar, de acordo com um programa adaptado à atualidade, o novo regime instituído a 10 de novembro”. A matéria dizia que o partido único seria apenas “uma secção do partido nacional” a ser criado, e que “arregimentaria, por sob sua bandeira”, no estado, as forças solidárias com o novo regime⁹.

Em junho de 1938, a possibilidade de um partido único já era mais concreta. Miguel Tostes remeteu para Benjamin Vargas, outro irmão de Getúlio, um estudo que estava sendo realizado no Rio de Janeiro. Dizia que aquilo que fosse decidido, ele se comprometeria “fazer adotar no Rio Grande”. Pedia que Benjamin fizesse com que o “chefe” lesse o documento com atenção. O estudo em questão consistia na criação de uma organização que poderia chamar-se “União Nacionalista Brasileira” ou “União Nacionalista do Brasil”. Quanto à organização, Tostes entendia que era “mais acertado começar pelos estados”, onde cada um estabeleceria a sua “Federação”, sem que o centro se comprometesse “ostensivamente”, bastando que, de forma “reservada”, fossem expedidas “as suas instruções aos interventores”. Informava também, que não se deveria fazer referências ao regime, “pois qualquer declaração nesse sentido, importaria em assumir uma atitude política”. Entretanto, como o “veneno vem na cauda, a alma da União Nacionalista” estaria no último item das finalidades. O projeto da criação da União buscava dar eficiência à sua organização, a qual só poderia ser possível “com organizações do tipo militar”, entendidas através de unidades maiores, formadas pela reunião ou agrupamento de unidades menores¹⁰.

⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo DOPS, Série Panfletos, Pan 667. O Manifesto era assinado por: Pela Comissão Executiva: Presidente – João C. Raja Gabaglia, Médico e Professor. 1º. Vice-presidente – José Pereira da Silva, advogado. 2º. Vice-presidente Reynaldo Bastos, professor. Secretário – Paulo Ferreira, contabilista. Pelo Conselho Deliberativo e Fiscal Presidente – Hélio de Brito, editor. Vice-presidente – Bartholomeu Fernandes, comerciante. Secretário – Alencar de Almeida Meireles, operário. Pelo Departamento Jurídico: Dr. A. Nunes Pereira. Na Sede Provisória do Partido Nacional Getulista à Rua Alcindo Guanabara, nº. 17, 6º. Andar, sala nº. 610, encontram-se as listas de Adesões para os que desejam filiar-se ao mesmo. Rio, 29 de maio de 1937.

⁹ Políticas e Políticos, *Correio do Povo*, 3 de dezembro de 1937. p. 5. Os exemplares do jornal se encontram no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre – RS.

¹⁰ ANRJ/FGCPR, Rio Grande do Sul, Lata 512. Carta de Miguel Tostes para Benjamim Vargas, em 21 de junho de 1938.

O estudo destacava dois pontos que deveriam constar do programa da organização: o primeiro referia-se ao “engrandecimento do país”; o segundo a defesa da Nação, contra as ideologias políticas estranhas; contra os abusos do “capitalismo internacional” e contra as pretensões territoriais ou tutelares dos países estrangeiros. Fazia uma ressalva quanto “ao movimento de idéias referentes ao tema internacional”, que deveria ser feito com “a necessária prudência”.

Outro ponto destacado no projeto era a necessidade de “distrair a atenção popular das questões políticas internas para os problemas que a situação internacional” oferecia para a reflexão do “patriotismo”. Das finalidades da União Nacionalista constava ser esta uma “agremiação de fins patrióticos e culturais”, sendo que seu programa fundamental consistia em, entre outros: (...) incentivar o amor à Pátria e a formação da consciência nacional; (...) cooperar ativamente com os Poderes Públicos na manutenção da ordem, da paz e da disciplina, e com eles colaborar na obra de restauração nacional”¹¹.

O Comitê de Propaganda do Estado Novo e os Intelectuais

Mas, enquanto o partido único não saía do papel, era preciso a busca dessa aceitação no estado. Assim, foi instalado o Comitê de Propaganda do Estado Novo, em 19 de abril de 1938. Esse comitê tinha como objetivo fazer propaganda do texto da Constituição de 10 de novembro e contava com o apoio de intelectuais de destaque no estado. A Rádio Difusora Porto-Alegrense foi escolhida para irradiar os discursos propagandísticos. Dentre os intelectuais, destacaram-se Moysés Vellinho, Dante de Laytano, Telmo Vergara, Érico Veríssimo e Limeira Tejo, além de advogados, secretários de estado etc. Como presidente do comitê, foi escolhido o coronel Viriato Vargas. A respeito disso, Viriato se justificava a Getúlio Vargas:

“Organizei aqui a mocidade intelectual, para fazer conferências todos os sábados às 10 horas pela Difusora, divulgando as virtudes da Constituição de 10 de novembro. Inaugurei ontem essas conferências com a que foi publicada e aí te mando, para me dizeres se estou certo (...). No próximo sábado vai falar o Secretário do Interior, e ficarei com o direito de convidar outros secretários que não poderão negar-se sem ficarem mal colocados. Dos municípios estou recebendo telegramas de adesão. Fazia-se necessário esse movimento, pois aqui vai ficando cada vez mais frio e confuso”¹².

O posicionamento dos intelectuais era indispensável para dar respaldo ao Estado Novo. Nem todos concordavam totalmente com o apoio que prestavam publicamente, mas estavam envolvidos e não

¹¹ ANRJ/FGCPR, Rio Grande do Sul, Lata 512. Esboço do programa da União Nacionalista do Brasil ou União Nacionalista Brasileira.

¹² FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV.38.04.20.02.

comprometer-se seria um risco para suas imagens e profissões. A este respeito Angel Rama se manifesta da seguinte forma: “não somente servem a um poder, como também são donos de um poder”. Este inclusive pode embriagá-los até fazê-los perder de vista que sua eficiência, sua realização só se alcança se o centro do poder real da sociedade o apóia, lhe dá força e o impõe¹³.

Érico Veríssimo representou um caso típico, uma vez que suas posições, até então, sempre haviam sido liberais. Mesmo assim, prestou seu apoio à ditadura nos primeiros momentos. Seu discurso, em um dos programas de rádio do Comitê de Defesa do Estado Novo, foi ilustrativo nesse sentido:

“Quem fala a vocês neste momento já foi, e creio que ainda é, apontado como comunista por causa de um punhado de idéias que hoje estão sendo postas em prática pelo governo da República. Sempre achei - e muito escrevi nesse sentido - (...) Senti sempre a necessidade da nacionalização do ensino: aí está. Permitam-me ainda uma confissão. No dia 10 de novembro de 1937, recebi a proclamação do Estado Novo com sérias desconfiças e num grande abatimento. Os horizontes ainda estavam escuros. Tive a impressão de que era a ditadura integralista que se anunciava. Pensei: assim não se pode mais escrever no Brasil. (...) Virão as perseguições e a violência, a intolerância e o ódio.(...) Mas os fatos, meus amigos - tomem bem nota: os fatos se encarregaram de provar que felizmente eu me enganava. Nem esquerda nem direita, mas sim o centro, que é o equilíbrio e o bom senso. Nenhum homem de boa vontade pode negar o seu apoio ao Estado Novo”¹⁴.

A evidência que se aí coloca é de que Érico Veríssimo se pôs numa posição defensiva, desculpando-se pelas posições anteriores, e alguns anos mais tarde “exilou-se” nos Estados Unidos. A importância dos intelectuais para a realização desta mobilização, posta em prática pelo Comitê de Defesa era colocada abertamente, tanto que em editorial do *Jornal do Estado* se dizia que era necessário o “esforço dos intelectuais, dos homens de letra, daqueles que podem escrever e falar ao povo brasileiro com elegância, agilidade (...) ainda constitui um dos meios mais eficazes para a realização dessa cruzada necessária”¹⁵.

Segundo o raciocínio apresentado no editorial, os intelectuais tinham uma missão: a de servir uma “boa causa”, a causa da pátria, e para colocá-la em prática deveriam “esclarecer” a população menos informada e não intelectualizada a respeito da doutrina e das realizações do Estado Novo.

Paralelamente ao Comitê, organizaram-se nas cidades do interior, núcleos de propaganda como o

Centro Cívico de Propaganda da Carta de 10 de Novembro, cujos presidente e patrono eram, respectivamente, o interventor federal Cordeiro de Farias e Walter Jobim, secretário de obras.

Organizou-se também o Movimento Intelectual pró-Estado Novo, em Porto Alegre, com pretensão de formar núcleos em todo o interior do estado. A seguinte passagem mostra as finalidades do movimento: “Essa nova entidade cultural de caráter cívico-literário representará efetivamente o pensamento e a ação dos intelectuais rio-grandenses e desenvolverá, por meio de publicações na imprensa, conferências, sessões cívicas e excursões pelo interior do estado, uma enérgica e decidida campanha anti-extremista”¹⁶.

Tais entidades, no entanto, tiveram duração efêmera, à medida que o Estado Novo se fechava e a censura aumentava. Mesmo que concordassem com a ditadura, era melhor, mantê-las fechadas, sem correr riscos de que posteriormente se posicionassem contra o governo. Ainda assim, foram formas eficazes de convencimento, auxiliando o governo estado-novista em sua consolidação no Rio Grande do Sul.

Posteriormente, em outro momento de questionamento da ditadura, em 1941, fundaram-se no estado, seções do Instituto Nacional de Ciência Política, organizadas em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, tendo Pedro Vergara como responsável pela fundação dos núcleos. O escritor demonstrava preocupação com a situação de popularidade do Estado Novo na seguinte passagem:

“Senti, sem dúvida, que o presidente é amado no Rio grande, mas não senti a mesma coisa em relação ao regime que ele instituiu e que tem o seu maior título de glória. Por tudo isso, apresso-me, como amigo que está disposto a todos os sacrifícios para servir ao Presidente, em afirmar, é mister agir com urgência, no Rio Grande, para criar uma corrente de opinião que ainda que não existe, a favor do novo regime”¹⁷.

A consolidação do apoio entre os trabalhadores

Os estudos recentes de história social do trabalho no Brasil muito têm contribuído para sabermos mais sobre como as relações entre os sindicatos e o Estado não foram das mais pacíficas, como se poderia supor, e como supõe parte da historiografia sobre o período estado-novista. Segundo parte desta, o Estado Novo no Brasil realizou a completa subordinação dos sindicatos de classes, aos mecanismos de controle do Estado. Análises como de Sérgio Amad Costa, restringem o “Estado como agente do controle social” e propõem a norma jurídica o seu “instrumento mais eficaz” do seu exercício¹⁸. No entender de Costa, se as formas de atuação

¹³RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 48.

¹⁴*Jornal do Estado*, 25 de Abril de 1938. p. 4.

¹⁵*Jornal do Estado*, 5 de maio de 1938. p. 1.

¹⁶*Jornal do Estado*, 21 de maio de 1938. p. 1.

¹⁷FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV.41.07.00 XXXV-89.

¹⁸COSTA, Sérgio Amad. *O Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986. p. 1.

dos trabalhadores fora do aparato estatal eram quase inexistentes, durante aquele período, nos sindicatos oficiais a ação era restrita ao permitido pela legislação sindical.

Reconheço a estrutura de controle dos trabalhadores montada pelo Estado, principalmente entre 1937-1945, mas não posso concordar com a análise de Costa, porque ela absolutiza este controle. Não quero dizer com isso que os trabalhadores, tiveram ampla opção institucional de ação fora do sindicato oficial. Sem o reconhecimento oficial de seus órgãos de representação sindical, os trabalhadores ficaram sem meios legais de reivindicar e de fazer valer os seus direitos. Uma vez que a obrigação da sindicalização se impunha, o sindicato, mesmo que atrelado, constituía-se no espaço de luta possível. Fora disso, restava ainda a atuação partidária e sindical clandestina ou a ação não-institucional cotidiana, geralmente reservada.

Mesmo com a expulsão dos comunistas e outras correntes dos sindicatos, ou com a prisão dos mesmos, nem todo o sindicalizado poderia ser considerado “pelego”. Dentro dos limites legais, surgiam brechas para o questionamento, denúncias, greves e, principalmente, a exigência de tudo aquilo que o Estado fazia questão de incutir como “doação”: a aplicação das leis trabalhistas. Certas categorias foram mais combativas, outras mais subordinadas. Essas divergências no seio do próprio movimento sindical e dos trabalhadores, a respeito da tentativa de controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), se fizeram sentir desde o início do Estado Novo.

Azis Simão, na sua importante obra *Sindicato e Estado*, apresenta um quadro da “posição oferecida pelas antigas vanguardas do movimento operário”¹⁹, referindo-se aos trotskistas, anarquistas e comunistas e como estes se posicionaram diante do “controle estatal” nas entidades sindicais, que antes do Estado Novo foram palco privilegiado de suas táticas e lutas operárias.

No Relatório da Comissão elaboradora do anteprojeto de lei, que passaria a dispor sobre os sindicatos profissionais, estava explícito o caráter anticomunista e controlador da lei que visava “preservar a vida interna dos sindicatos da contaminação dos maus elementos sociais”, das suas “intervenções estranhas e corruptoras” e das infiltrações de ideologias perturbadoras”. Em contraponto, a lei prometia devolver aos sindicatos “a consciência dos seus novos deveres” profissionais diante da sua comunidade e do Estado. Para isso, era necessário “um controle mais estreito do Estado” na constituição dos sindicatos, para que se tornassem “entidades realmente representativas da profissão”. O controle se daria através do registro obrigatório das associações profissionais; na inscrição prévia dos

candidatos; na ampliação das causas de inelegibilidade; na possibilidade da presidência das mesas eleitorais ser confiada ao delegados do Ministério do Trabalho; na exigência da aprovação da eleição. Tudo isto representando um “sistema de meios” que permitiria ao Ministério do Trabalho “realizar com plena eficiência a revelação e a seleção dos elementos dos sindicatos e a formação de uma verdadeira elite profissional”, razão precípua para fortalecer o apoio ao Estado Novo entre os trabalhadores.

O relatório dizia que “livre é a associação profissional, sem dúvida; ela se constitui quando quer e como quer; nela entrando quem quer e dela sai quando quer”. Mas se esta associação vier ao Estado pedir que lhe outorgue competência, para a “prática de atos de autoridade pública”, a este caberia impor as condições que entendesse “mais úteis ou necessárias para o cabal desempenho da função”²⁰.

Através deste conteúdo, o Estado Novo procurou de todas as formas fazer propaganda dos avanços nos direitos sociais dos trabalhadores, por ele “doado”, buscando, assim, a principal base social de apoio político ao regime.

Como explica Edgar Rodrigues, em referência ao período anterior ao golpe de 1937, Vargas e seus aliados, desejosos de continuar no poder, elaboraram a “fabricação” de “subversivos” e “revolucionários”, mesmo para os que nunca tivessem ouvido falar de tais idéias, a fim de explicar o continuísmo tão cobiçado²¹. O caminho para justificar o Estado Novo foi construído a partir de um vigoroso discurso da pátria, da ordem e do trabalho, onde o centro foi a retórica do fim da luta de classes.

Aos trabalhadores, restava, na ótica dos que construíram esse discurso, a resignação para a construção do “progresso da nação”. Em consonância com esta estratégia, como explica Adriano Duarte, a noção de cidadania passou a ser definida pelo trabalho, pela ocupação, sendo este um dever social. O universo do trabalho, no Estado Novo, não comportou meios termos: ou se era trabalhador, com profissão regulamentada e carteira assinada, ou se era “vagabundo”. Assim, o trabalho apresentou-se como questão central na configuração do regime. O discurso estado-novista assentou-se no trabalho, concatenado com a construção de uma nova moral cujo fim foi a defesa da pátria, sendo o anticomunismo o quarto pilar dessa construção discursiva. O que se fez foi a despolitização das relações de trabalho, atribuindo-lhes um estatuto natural que o vinculou ao corporativismo²².

¹⁹Ver SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981. p. 215. Cláudio Batalha considera a obra de Azis Simão com o “único dos trabalhos (...) em que a análise histórica está fundamentada numa pesquisa empírica de fôlego, ainda que restrita a São Paulo”. Cf. A historiografia da classe operária: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Ed. da USF, 1998. p. 149.

²⁰Boletim do MTIC, n. 53. Setembro. Ano V, 1939. Rio de Janeiro, s/p. Faziam parte da Comissão que elaborou o Relatório, Oliveira Vianna, Arthur Flores Filho, Deodato Maia, Helvécio Xavier Lopes, Moreira de Azevedo, Geraldo Faria Batista, W. Niemeyer, Oscar Saraiva, Luiz Augusto de Rego Monteiro. O Relatório é datado de 23 de novembro de 1938.

²¹RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos*. História do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946). Rio de Janeiro: Mundo Livre, s./d. p. 393-4.

²²Cf. DUARTE, Adriano L. *Cidadania & exclusão: Brasil, 1937-1945*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 103-116. Sobre uma discussão em torno do corporativismo de Estado, a partir de 1937, ver tb. ERICKSON, Kenneth Paul. *The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1977. p. 15-26.

Desta forma, “o discurso ideológico parecia querer provar o improvável: a neutralidade da intervenção governamental”. Exemplo disso foram as afirmações de Vargas, em 31 de dezembro de 1937 e 1º de maio de 1938, respectivamente: “a multiplicidade de setores em que age o Estado não exclui, antes afirma, um postulado fundamental: o da segurança para o trabalho e as realizações de interesse geral”; assim, “o governo, ao conceder as leis sociais eliminava a predominância de umas classes sobre outras, de modo que se abole a necessidade de lutas e discórdias. Capital e trabalho unem-se na cooperação e no conagraçamento”²³.

No entanto, situações de miséria e de fome e outras condições de vida dos trabalhadores desarticularam, em parte, o projeto modelar e normativo do Estado Novo e a realidade experimentada pelos trabalhadores. Isso fez com que a passividade não fosse a única marca desses anos, pois mesmo ameaçados pela repressão política, os trabalhadores não ficaram quietos²⁴. Pois, como explica Antonio Luigi Negro, ao remeter-nos aos anos 1930, “se o mapa do movimento sindical brasileiro ia sendo redesenhado com base em uma arquitetura projetada por bacharéis, técnicos, intelectuais e políticos inspirados no corporativismo, estes não estavam se apossando de um território sem história, despovoado e desprotegido”²⁵.

A hegemonia estado-novista sobre os trabalhadores e os cidadãos, assim, não foi absoluta, apenas transformando-os em vítimas passivas, como certa análise pode dar a entender. Esta, desde Oliveira Vianna, aponta para uma representação dos trabalhadores caracterizada pela “heterogeneidade interna, a dispersão e um comportamento atomizado, (...) expressando uma incapacidade de universalização de seus objetivos”, os quais “seriam determinados pelas próprias características da formação histórica da sociedade brasileira, do seu Estado e sua industrialização” resultando na cristalização de “uma imagem da classe incapaz de ação autônoma”²⁶.

Mesmo que se reconheça que o Estado Novo buscou fundamentalmente destruir a resistência operária, como o faz também José Nilo Tavares, o refazer historiográfico só é possível quando se procura ir além das aparências empíricas iniciais, até porque o movimento da sociedade não pode ser visto “apenas como a 'urdidura do poder', resultado da ação exclusiva de protagonistas e elites dominantes”²⁷.

A opinião construída por Eli Diniz, de que o período de 1937 a 1945 consolidou um modelo que atribuiu ao Estado papel primordial não só nas decisões relativas às principais políticas públicas, como também na administração do conflito redistributivo, na definição de identidades coletivas de setores sociais em processo de incorporação, bem como na representação dos interesses patronais e sindicais²⁸, torna-se insuficiente para entender como se constrói uma identidade de classe dos trabalhadores. Sobretudo, quando se analisa um período como o Estado Novo, onde justamente o discurso oriundo do poder de Estado se dá no sentido de criar uma “identidade coletiva”, a partir do querer desse próprio Estado e daqueles que exercem a sua hegemonia, através do apoio de algumas reivindicações do movimento operário e da harmonia entre trabalhadores e empresários, dentro da velha tradição positivista²⁹.

Em análises desta natureza não há espaço para entender como os trabalhadores criaram sua identidade de classe ou, simplesmente, sem criar essa identidade, resistiram às imposições verticais e hierarquizadas que a ideologia corporativista procurou lhes impor, pois, senão, o que resta é apenas a “incorporação dos atores emergentes - trabalhadores e empresários industriais - ao sistema político”³⁰. Este tipo de interpretação sociológica, política ou historiográfica torna homogêneas as ações sociais a partir do Estado, fazendo com que se chegue a conclusões simplistas que afirmam que “apesar da repressão, foi possível a modernização do Estado, da sociedade e da economia brasileira”³¹.

Não se trata aqui de ignorar que a política social, no caso do Estado Novo, foi uma tentativa de gestão estatal da força de trabalho, que procurou articular as pressões e os movimentos sociais com as formas pretendidas pela valorização do capital, visando à manutenção da ordem social³². Muito menos se trata de desconsiderar que, “para algumas categorias de trabalhadores, o trabalho exerce um peso fundamental na formação da identidade de classe”³³.

²⁸Ver DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In. PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999. p. 27.

²⁹Essa visão consolidada no Estado Novo era oriunda de certa interpretação do positivismo e da “política social dos governantes estaduais” do Rio Grande do Sul pré-1930, incluindo o próprio Getúlio Vargas, a qual “pautou-se por dois princípios complementares: o apoio do executivo a certas reivindicações do movimento operário (redução da jornada de trabalho, aumento salarial, etc.) e a mediação do Estado, dos conflitos entre patrões e empregados”, a partir da manutenção do “postulado comteano fundamental que persistiu e até mesmo cresceu (...) o da incorporação do proletariado à sociedade moderna”. Ver SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarina, 2004. p. 431.

³⁰Cf. DINIZ, Eli. In. PANDOLFI, Dulce (Org.), *Repensando...*, op. cit. p. 28.

³¹Ver CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In. PANDOLFI, Dulce (Org.), *idem*, 1999. p. 40.

³²FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista*. As funções da previdência e da assistência sociais. 7. ed. São Paulo, Cortez, 1995. p. 59.

³³BATALHA, Cláudio. 1991-92. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?. In. *Revista Brasileira de História*. Política & cultura. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 22, n. 23/24, 1991-2. p. 120-1.

²³FONSECA, Pedro Dutra César. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 264 e 294.

²⁴DUARTE, Adriano. *Cidadania...*, op. cit. p. 184.

²⁵Cf. NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 24.

²⁶SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 32.

²⁷Ver AZEVEDO, Luiz Vítor T. de. Cultura popular e imaginário popular no Segundo Governo Vargas (1951-54). In. *LPH - Revista de História*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, n. 5, 1995. p. 183.

Também não se trata de negligenciar um dos objetivos centrais dos que dirigiram o Estado Novo no Brasil, o qual foi a consolidação de uma discursividade que buscava afirmar a construção da identidade nacional como única identidade possível. Angela de Castro Gomes, a partir do estudo dos historiadores do período estado-novista, afirma que a formulação de uma identidade nacional pelo Estado exigiu que se pensasse o país historicamente e conduzisse à proposição de uma “cultura histórica” como elemento fundamental de comunicação e coesão da sociedade³⁴.

No caso do Rio Grande do Sul, o gaúcho deveria estar apto a instaurar a disciplina social e a ordem econômica para a reconstrução do país, sendo peça da engrenagem nacional. Nessa ótica, um regionalismo integrado ao nacional não apresentava maiores riscos³⁵.

Se intelectuais e trabalhadores rio-grandenses se considerassem, antes de tudo, como nacionais, poderiam sentir-se seguros, cumprindo o seu dever para o interesse geral da nação. Nessa ponta, o discurso estado-novista consolidava o seu apoio. Na outra, a do poder, o Estado Novo foi se consolidando no estado. Contraditoriamente, a favor dos trabalhadores no discurso: essencialmente, contra os mesmos, na prática.

³⁴GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996. p. 208.

³⁵KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 1994. p. 130.